

## REVISTA QUAESTIO IURIS

### EDITORIAL PARA O VOL. 13-2 (2020)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na **Web of Science**, de periodicidade trimestral, nesse volume 13, número 02, 2020, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que o artigo de Miguel Beriain, I.; Lazcoz, G. (2018). “*El Convenio de Oviedo, veinte años después de su firma. Algunas sugerencias de enmienda*”, publicado na Revista Quaestio Iuris, nº. 11, 1, pp. 445-46, foi citado no artigo “*La compartición internacional de datos personales relativos a la salud en tiempos de la COVID-19: aspectos éticos y legales para el impulso de la necesaria cooperación*” de Mikel Recuero Linares da Universidad del País Vasco, España, publicado na Revista de Bioética y Derecho da Universitat de Barcelona, España, <https://revistes.ub.edu/index.php/RBD/article/view/31711>.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “*Gender discrimination in brazilian labour market and the role of the private sector*”, de Irene Pietropaoli, Research Fellow in Business and Human Rights for the British Institute of International and Comparative Law- United Kingdom e Narciso Leandro Xavier Baez, Coordenador académico na Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC.

O artigo “*Gender discrimination in brazilian labour market and the role of the private sector*” busca discutir a discriminação de gênero no mercado de trabalho no Brasil e compreender o papel que o setor privado desempenha na sustentação e no combate à desigualdade de gênero e à disparidade salarial. Fá-lo através da análise dos principais problemas e desafios para o alcance da plena igualdade de gênero. É um estudo no campo do direito, economia e ciências sociais. O artigo primeiro faz uma revisão da história da igualdade de gênero no Brasil, destacando os problemas atuais e os avanços, em particular na área de proteção legal das mulheres trabalhadoras. Em seguida, discute as questões atuais de desigualdade de gênero e disparidades salariais no trabalho no Brasil e analisa as razões para a persistência de tal desigualdade. Finalmente, o artigo discute o papel do setor privado tanto na sustentação da discriminação de gênero quanto na promoção da igualdade de gênero. Este artigo reconhece os avanços na área de igualdade de gênero alcançados no Brasil nas últimas duas décadas, mas considera que a discriminação é a questão-chave persistente que precisa ser tratada para erradicar completamente esse problema. Em particular, atenção especial deve ser dada ao papel do setor privado - algo que até agora tem sido esquecido no Brasil.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 13, número 02, 2020, publicamos 15 (quinze) artigos inéditos, sendo 05 (cinco) artigos estrangeiros: o já citado *“Gender discrimination in brazilian labour market and the role of the private sector”*, de Irene Pietropaoli, Research Fellow in Business and Human Rights for the British Institute of International and Comparative Law- United Kingdom e Narciso Leandro Xavier Baez, Coordenador acadêmico na Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC; *“Ahmad Jaam's mystical, moral and philosophical thoughts”*, de Saeed Reza Yousefi, Phd of Philosophy , Academy of sciences of the republic of Tajikistan, República Islâmica do Irã; *“State and law in young Marx: epistemological and theoretical elements from a post-marxist approach”*, de Jorge Gabriel Foa Torres, Investigador Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina) e Profesor del Instituto AP de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Villa María (UNVM), Argentina; *“La acción de inconstitucionalidad y los tratados internacionales en la Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos”*, de Alberto Herrera Pérez, Maestro en Derecho por la Universidad Marista, e de Eduardo Alberto Herrera Montes, Pasante de la Carrera de Licenciado en Derecho na Universidad Tecnológica de México, México.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado *“O controle de convencionalidade e sua aplicabilidade ao direito penal brasileiro”*, de Gabriel Benedito Issaac Chalita, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e de Silmar Fernandes, Desembargador no TJSP e no TRESP. Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e nos Cursos de Pós-Graduação da Escola Paulista da Magistratura.

A monografia discorre sobre o controle de convencionalidade e sua aplicabilidade ao Direito Penal brasileiro, a partir de uma análise do que se entende efetivamente por controle de convencionalidade, ou seja, do seu conceito, legitimidade e modo de implementação ou realização. Objetiva-se, com isso, verificar as condições de sua efetividade, à luz do que dispõe a legislação, a doutrina especializada e a jurisprudência. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo. Espera-se no artigo, como resultado, contribuir com o avanço dos estudos de Teoria do Direito focalizando em específico os aspectos propedêuticos do Direito Penal e do Direito Internacional Público.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (três) ensaios sobre políticas públicas: *“Entre a justiça de transição e a tortura: uma análise da continuidade autoritária no atual Estado democrático de direito”* e *“Ativismo judicial e a instrumentalidade*

*do processo: um diálogo com Georges Abboud e Guilherme Lunelli a partir da obra de Cândido Rangel Dinamarco”.*

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

**Mauricio Mota**  
**Editor da Revista Quaestio Iuris**